

# PROPOSTA DE MODELO DE ENSINO SEMIPRESENCIAL PARA PROGRAMAS DE MESTRADO INTERINSTITUCIONAL

Mauá – SP – Abril 2010

Vanessa Itacaramby Pardim – UNINOVE – [itacaramby@uninove.br](mailto:itacaramby@uninove.br)

**Categoria (C - Métodos e Tecnologias)**

**Setor Educacional (3 - Educação Universitária)**

**Natureza (B – Descrição de Projeto em Andamento)**

**Classe (1 - Investigação Científica)**

## **RESUMO**

*O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação, principalmente da Internet, vem transformando o mundo em uma “sociedade em rede”. Para se adequarem a esta nova realidade, as instituições de ensino veem alterando suas práticas e métodos de ensino. Como consequência, tem havido um expressivo aumento de instituições de ensino superior ofertando cursos de graduação ou pós-graduação (lato sensu) nas modalidades semi-presenciais ou a distância. Porém, no caso da pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) essa iniciativa está ainda incipiente. Para atender ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) que estabelece um plano de expansão da pós-graduação stricto sensu e a redução da assimetria existente entre as diferentes regiões brasileiras, os gestores poderão oferecer cursos de stricto sensu utilizando-se das potencialidades das TICs. Em função do exposto surge a pergunta de pesquisa que norteará este trabalho: Quais as etapas necessárias para implantar a modalidade semipresencial em um curso de mestrado interinstitucional em Administração? O objetivo geral deste trabalho é propor um roteiro de implantação da modalidade semipresencial em um curso de mestrado interinstitucional em administração.*

**Palavras-chave:** Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação a Distância, Semipresencial, Mestrado Interinstitucional.

## **1. INTRODUÇÃO**

O mundo vem passando por drásticas mudanças, principalmente em função dos avanços das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Esses avanços levam a múltiplas e complexas transformações nos cenários econômico, político, social, cultural e no cenário educacional isso não seria diferente, (KENSKI, 2007). Do mesmo modo, o processo de aprendizagem e os métodos de construção do

conhecimento também foram alterados, (SERNA; PENAGOS, 2009).

Nesse sentido, o avanço das tecnologias, principalmente da Internet, vem transformando o mundo em uma “sociedade em rede”, no qual o aprendizado não está mais limitado pela distância, localização ou presença física (THAM; WERNER, 2005). As salas de aulas tradicionais perdem espaço para as salas de aula virtuais, derrubando as barreiras para que o processo de aprendizagem aconteça.

Para se adequarem a esta nova realidade, as instituições de ensino veem alterando suas práticas e métodos de ensino. Como consequência, na última década, tem havido um expressivo aumento de instituições de ensino superior ofertando cursos na modalidade semipresencial ou *blended learning* e a distância.

No Brasil, há instituições de ensino superior ofertando cursos de graduação ou pós-graduação (*lato sensu*) nas modalidades semi-presenciais ou a distância. Porém, no caso da pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) essa iniciativa está ainda incipiente. Cabe destacar que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), responsável por avaliar, reconhecer e credenciar os cursos de mestrado e doutorado, está receptiva a essas iniciativas.

Para atender ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) que estabelece um plano de expansão da pós-graduação *stricto sensu* e a redução da assimetria existente entre as diferentes regiões brasileiras, os gestores poderão oferecer cursos de *stricto sensu* utilizando-se das potencialidades das TICs.

A disparidade de oferta de cursos de *stricto sensu* entre as regiões fica evidente quando se observa os dados do PNPG que, em dezembro de 2004, registrava que a região Sudeste concentrava 54,9% dos cursos de mestrado e 66,6% dos de doutorado, seguida da região Sul (19,6% e 17,1%), Nordeste (15,6% e 10,3%), Centro-Oeste (6,4% e 4,1%) e Norte (3,5% e 1,8%). (Brasil, 2004). Em 2009, faltando apenas um ano para o término do período de vigência do PNPG, o principal objetivo foi alcançado em partes, pois houve um aumento expressivo no número de cursos de mestrado, que passou de 1.959 em 2004 para 2.554 em 2009, ou seja, um crescimento de 76,70%, e de doutorado de 1.034 em 2004 para 1.475 em 2009, ou seja, um crescimento de 70,10%, (CAPES, 2009). Destaca-se que esse crescimento não foi equânime, pois ainda há uma grande disparidade entre os números apresentados pelas regiões brasileiras. A Região Sudeste ainda continua concentrando o maior número de cursos, Mestrado 49,52% e Doutorado 58,85%, seguida da Região Sul (20,47% e 18,92%), Nordeste (18,03% e 13,83%), Centro-Oeste (7,37% e 5,63%) e Norte (4,61% e 2,78%), (CAPES, 2009).

Outro ponto importante que é levantado no PNPG refere-se à capacitação de docentes visando à melhoria do ensino de pós-graduação e graduação. Em 2008, como fruto das ações previstas no PNPG, a CAPES lança, dentre outros, o Edital Pró-Administração Nº 09/2008 que tem por objetivo geral:

[...] estimular no País a realização de projetos conjuntos de pesquisa e apoio à capacitação docente utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES e/ou demais instituições enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados na área de Administração. Contribuirá, assim, para ampliar e consolidar o desenvolvimento de áreas de formação consideradas

estratégicas, através da análise das prioridades e das competências existentes visando a melhoria de ensino de pós-graduação e graduação em Administração e Gestão. (CAPES, 2008, p. 1)

Como resultado dessa chamada, o Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), em parceria com outras cinco Instituições (Universidade de São Paulo (USP), Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Centro Universitário Assunção (UNIFAI) apresentou o projeto que tem por objetivo

[...] subsidiar o desenvolvimento das capacitações docentes para o ensino de pós-graduação e graduação em administração, com foco na área de gestão disciplinar em “inovação”, por meio da formação de uma rede de instituições com competência relevante no tema e com capacidade de multiplicar no Brasil os conhecimentos alcançados. (UNINOVE, 2009)

Esse projeto foi aprovado e, dentre as várias ações delineadas, estão previstos o desenvolvimento, implementação e teste de modelos de ensino para cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), utilizando os recursos de pedagogias virtuais e das TICs, no ensino presencial e a distância, visando melhorar a qualidade do ensino de graduação por meio da capacitação docente.

Os recursos de pedagogias virtuais e TICs, aplicados ao ensino presencial, semipresencial ou à educação a distância (EAD), permitem que as ações sejam potencializadas em virtude do rompimento das barreiras de tempo e espaço, ou seja, para aprender não é necessário estar, exclusivamente, em uma sala de aula presencial. Hoje é possível construir o conhecimento em qualquer lugar, basta ter uma conexão com a Internet.

### 1.1 Problematização e pergunta de pesquisa

O projeto de implantação de um setor de EAD, quer seja para o apoio ao ensino presencial ou para implantar cursos na modalidade semipresencial ou a distância, requer um planejamento adequado no que tange, no mínimo, aos seguintes aspectos: *financeiros*, uma vez que os investimentos necessários fazem com que as margens de contribuição desses cursos, num primeiro momento, sejam menores que os cursos presenciais; *recursos humanos*, pois é necessário verificar se a instituição possui pessoal com as qualificações necessárias, como por exemplo, *webdesigner* para desenvolver o projeto estético e funcional de um web site; designer instrucional é o responsável por conceber cursos, aulas ou apenas materiais didáticos especialistas no uso dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), *roteirista* para definir a estrutura e a dinâmica do curso, redator para tornar a linguagem mais próxima do perfil dos alunos etc., para montar equipes multidisciplinares para o desenvolvimento do projeto e também para capacitação dos demais envolvidos; e aos aspectos relacionados à *infraestrutura*, ou seja, o que a instituição possui de recursos físicos e tecnológicos e o que será necessário.

Em função do exposto surge a pergunta de pesquisa que norteará este trabalho: **Quais as etapas necessárias para implantar a modalidade semipresencial em um curso de mestrado interinstitucional em Administração?**

## 1.2 Objetivo Geral

Propor um roteiro de implantação da modalidade semipresencial em um curso de mestrado interinstitucional em administração.

## 1.3 Objetivos Específicos

- Identificar a infraestrutura existente e a necessária, de pessoal e tecnologia, na instituição proponente e na receptora;
- Levantar os investimentos necessários para viabilizar tal iniciativa e, também, quais medidas devem ser tomadas para tornar estas ações sustentáveis;
- Descrever, a partir da legislação vigente sobre EAD e Mestrado Interinstitucional, os elementos que devem conter a proposta de mestrado interinstitucional na modalidade semipresencial.

## 1.4 Justificativa

Como já apontava o PNPG, é indiscutível a importância da expansão do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* para melhorar a qualidade do ensino de graduação e também para expandir as pesquisas e publicações, principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte do país.

O desenvolvimento de um mestrado interinstitucional entre, por exemplo, um programa da região sudeste com uma instituição da região centro-oeste, se justifica na medida em que permitirá que a instituição receptora forme seu capital humano e tenha *Know How* para apresentar uma proposta de mestrado a *posteriori*. Isso se faz necessário, uma vez que o projeto de mestrado interinstitucional tem caráter temporário, atendendo apenas um grupo de alunos, sob condições especiais. As condições especiais se referem ao fato de que parte das atividades do curso acontecem no campus da instituição promotora e parte na instituição receptora. Dessa forma, cria-se a ambiência de pesquisa e ensino tão necessária para o desenvolvimento de cursos dessa natureza.

Cabe destacar que os projetos de mestrado interinstitucionais permitem que a instituição receptora se desenvolva, por meio da apropriação das competências da instituição promotora, principalmente porque a instituição promotora precisa ter, no mínimo, nota 4, ou seja, precisa mostrar que já é um programa consolidado no cenário da pós-graduação brasileira.

Em virtude do exposto, este trabalho se justifica por se tratar de um tema ainda pouco explorado na academia e espera contribuir, servindo como ponto de partida para outros estudos e testes em outras instituições que pretendam se utilizar das possibilidades dos recursos das TICs aplicadas em programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. Tecnologias de informação e comunicação e sua aplicação na educação

A evolução das novas TICs vem provocando drásticas mudanças no mundo, dando uma nova dinâmica ao cotidiano das pessoas. (SEED, 2000). Essas mudanças

são, de certa forma, naturais, uma vez que

A evolução social do homem confunde-se com as tecnologias desenvolvidas e empregadas em cada época. Diferentes períodos da história da humanidade são historicamente reconhecidos pelo avanço tecnológico correspondente. As idades da pedra, do ferro e do ouro, por exemplo, correspondem ao momento histórico-social em que foram criadas “novas tecnologias” (KENSKI, 2007, p. 21)

Os avanços tecnológicos não resultam somente em novos *hardwares* e *softwares*, mas em mudanças de comportamento individuais e coletivos e esses avanços levam a novos avanços tecnológicos que novamente influenciam os indivíduos e a coletividade, sendo, portanto um processo cíclico.

A Internet, ou como também é conhecida *World Wide Web* (WWW), é a TIC que se tornou mais popular nos últimos anos do segundo milênio, pois “permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global”. (CASTELLS, 2003, p. 8). A Internet potencializa o processo de geração, armazenamento e distribuição de informações, gerando um grande volume de informações em todos os setores da sociedade.

Essa revolução trazida pela Internet tornou possível que uma informação, gerada em um determinado local, se torne rapidamente conhecida em outros, mesmo que muito distantes. A influência da Internet vai além das facilidades de criação, acesso e divulgação de informações, pois “atividades econômicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela, como por outras redes de computadores”. (CASTELLS, 2003, p. 8).

A influência da introdução das novas TICs, principalmente a Internet, sobre a Educação é notável, uma vez que gerou vários questionamentos sobre a eficácia do sistema educacional (SEED, 2000). Tal impacto, até certo ponto, está relacionado às exigências do mercado de trabalho, que necessita “de pessoas capazes de dirigir seu próprio processo de aprendizagem, de escolher cursos e conteúdos que se ajustem a suas necessidades e seu contexto, de saber identificar a boa oferta formativa.” (OIT/CINTERFOR, 2008, p. 41). Nesse contexto, as formas de ensinar e aprender foram alteradas e, conseqüentemente, a relação professor e aluno também (GRINSPUN, 2002).

As novas tecnologias já não são apenas um simples suporte, uma vez que “*interferem em nosso modo de pensar, sentir, agir, de nos relacionarmos socialmente e adquirirmos conhecimento. Criam uma nova cultura e um novo modelo de sociedade*” (KENSKI, 2003, p. 23-24). Em épocas anteriores, o processo de aprendizagem só era viabilizado por meio de um ambiente educacional ou de treinamento situado no tempo e no espaço, em que alunos e professores compartilhavam de um mesmo espaço físico. Hoje, não importa em que lugar o aluno está: em casa, no trabalho, na praia, no hospital, etc., ele pode estudar. A partir dessas possibilidades surgem as universidades, as escolas ou apenas os cursos virtuais.

As instituições de ensino para se adaptarem a este novo contexto vem integrando, aos processos educativos, recursos provenientes das novas TICs, como por exemplo, e-mail, chat, videoconferência, fóruns de discussão, etc. (OIT/CINTERFOR, 2008)

As mudanças que vem ocorrendo nas instituições de ensino não se referem

apenas à introdução de tecnologias ao processo educacional, mas sim a uma mudança de paradigma, ou seja, deixa-se de lado a ênfase apenas no ensino para se focar também na aprendizagem. Nesse sentido, o professor como detentor do conhecimento sai de cena, passando a ser considerado como um orientador do processo de aprendizagem. Já o aluno deixa de ser um expectador para ser o responsável por seu processo formativo, fazendo isso de forma coletiva com os demais colegas de turma, com os professores, com a instituição etc., visando a construção do conhecimento e sua inserção no mercado de trabalho. (OIT/CINTERFOR, 2008).

Nessa direção, a Internet é uma ferramenta poderosa para superar a passividade do processo de aprendizagem, uma vez que o usuário, ao acessar a rede, tem à sua disposição várias opções de fontes (artigos de jornal e revista, periódicos, clássicos da literatura mundial, pesquisas científicas, etc.). Dessa forma, ele pode realizar suas pesquisas sobre determinado assunto de forma mais efetiva, tornando o processo de aprendizagem mais autônomo. A Internet dispõe de um grande potencial, mas não surge como uma fórmula mágica para resolver todos os problemas da educação. Ela se constitui apenas em uma nova forma das pessoas se relacionarem com o conhecimento e aprenderem, (KENSKI, 2007).

É nesse contexto que surge a EAD como uma modalidade de ensino alternativa ou complementar à educação presencial. A EAD está fundamentada na ideia de que o aluno passa a ser o principal foco nesse processo, alterando o direcionamento dos modelos pedagógicos, que, muitas vezes, são voltados apenas para o repasse de conteúdos.

## **2.2. Base Legal para a EAD no Brasil**

No Brasil, as bases legais para a modalidade de EAD estão estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 20/12/1996 e regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/2005. O Artigo 1º deste decreto define EAD como sendo:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005)

O Decreto N.º 5.622 representa um avanço para EAD, pois a reconhece como modalidade de ensino, deixando de ser “a alternativa permanentemente experimental ou concebida como a solução paliativa para atender as demandas educativas de jovens e adultos excluídos do acesso e permanência na escola regular, na idade própria. (LOBO NETO, 2006)

Para uma instituição de ensino apresentar o pedido de credenciamento para atuar na EAD, é preciso que esta solicitação venha acompanhada de pelo menos um pedido de autorização de um curso na modalidade. Se a Instituição, quando do pedido de credenciamento, apresentar uma proposta de um curso de *lato sensu* e for credenciada, não poderá, por exemplo, oferecer cursos de graduação na modalidade, mas poderá, de acordo com o terceiro parágrafo do Art. 12 da Lei 6.303 de 12/12/2007, requerer a ampliação da abrangência acadêmica, na forma de aditamento ao ato de credenciamento

Segundo o Art. 18 do Decreto Nº 5.622, de 19/12/2005, os cursos e programas de EAD criados somente poderão ser implementados para oferta após autorização dos

órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino. Quanto aos cursos de mestrado ou doutorado, “[...] caberá à CAPES editar as normas complementares a este Decreto, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*”. (§ 2º Art. 25 da Lei 6.303)

### **2.3. Referenciais de Qualidade para Educação Superior**

Inúmeros são os desafios impostos pela EAD. Numa tentativa de orientar os sujeitos envolvidos nesta modalidade, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED), elaborou um documento com os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. Este documento tem por objetivo orientar, pois não tem força de lei, iniciativas de instituições de ensino que desejem atuar na modalidade EAD e, também, para orientar o trabalho de professores, alunos, técnicos e gestores.

É válido ressaltar que não há um modelo único e ideal para implantar a EAD em uma Instituição de Ensino, porém as categorias a seguir devem ser incorporadas ao projeto por configurar a base de qualquer projeto, são elas: Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; Sistema de comunicação; Material didático; Avaliação; Equipe multidisciplinar; Infraestrutura de apoio; Gestão Acadêmico-Administrativa; Sustentabilidade Financeira. (MEC/SEED, 2007). As categorias desenvolvidas pelo MEC/SEED, envolvem aspectos pedagógicos, recursos humanos, infraestrutura e recursos financeiros.

### **2.4. Panorama da Pós-Graduação *Stricto Sensu***

A Pós-Graduação *stricto sensu* compreende os cursos de Mestrado e Doutorado, abertos a candidatos que concluíram um curso superior de graduação e que atendam às exigências que constam do edital de seleção das IES proponentes (art. 44, III, Lei nº 9.394/1996.). Os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* estão sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação e são concedidas por prazo determinado, três anos, dependendo do parecer da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), fundamentado nos resultados da avaliação realizada pela CAPES e homologado pelo Ministro da Educação. (RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, de 3 de abril de 2001).

A CAPES, com seus mecanismos de avaliação qualitativo e quantitativo, vem desempenhando um papel fundamental na expansão e consolidação da Pós-Graduação *stricto sensu* em todos os estados da Federação.

A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* compreende a realização do acompanhamento anual (avaliações orientadoras) e da avaliação trienal (atribuição de uma nota numa escala de 1 a 7 pela Comissão de Área a partir dos dados informados no Sistema Coleta Capes) do desempenho de todos os programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Os Programas para funcionarem precisam ter um conceito igual ou superior a 3, sendo 7 a maior nota atribuída.

Para realizar a avaliação a CAPES, a cada triênio, estabelece os quesitos e seus respectivos pesos. Cada quesito é desmembrado em subcategorias com as suas respectivas ponderações. Os critérios de avaliação utilizados, por exemplo, pela área de administração, podem ser observados na Tabela 1.

**Tabela 1: Critérios de Avaliação da área de Administração**

Triênio (1998 – 2000)		Triênio (2001-2003)		Triênio (2004-2006)	
Quesito	Peso	Quesito	Peso	Quesito	Peso
Proposta do Programa	-	Proposta do Programa	-	Proposta do Programa	-
Corpo Docente	20%	Corpo Docente	20%	Corpo Docente	30%
Atividade de Pesquisa	10%	Atividades de Pesquisa	10%	Corpo Discente, Teses e Dissertações	25%
Atividade de Formação	10%	Atividade de Formação	10%		
Corpo Discente	10%	Corpo Discente	10%	Produção Intelectual	35%
Teses e Dissertações	20%	Teses e Dissertações	20%	Inserção Social	10%
Produção Intelectual	30%	Produção Intelectual	30%		

**Fonte:** Critérios de Avaliação da Capes, 2009

O sistema de avaliação é continuamente aperfeiçoado e serve de instrumento para a comunidade universitária na busca por um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados do país. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a gestão da pós-graduação e, também, para equacionar suas ações de fomento (bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, auxílios à pesquisadores e apoios diversos).

### 3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento desse trabalho, utilizar-se-á a pesquisa qualitativa por melhor atender aos seus objetivos. Além deste estudo se constituir em uma pesquisa qualitativa, sua natureza é exploratória, pois, de acordo com Acevedo e Nohara (2007, p. 46), a pesquisa exploratória tem por objetivo “proporcionar maior compreensão do fenômeno que está sendo investigado, permitindo assim que o pesquisador delinieie de forma mais precisa o problema”.

Nesta pesquisa será utilizado o método de estudo de caso, uma vez que, segundo Yin (2005, p.19), é “a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que” quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” que é o caso desta pesquisa.

Para realizar esta pesquisa serão utilizados duas IES que mantêm convênio para o oferecimento de mestrado interinstitucional. A opção por realizar uma pesquisa de caso múltiplo se deu em função da possibilidade de aumentar possibilidades de inferências e validade do estudo.

Para atender ao propósito desta pesquisa, serão utilizados como informantes alunos e professores do curso de *stricto sensu* da universidade proponente, coordenadores e funcionários administrativos da universidade proponente e da universidade receptora e especialistas da área de EAD, visando com isso levantar as informações necessárias para responder à pergunta de pesquisa.

Como o objetivo deste trabalho é o de propor um roteiro de implantação da modalidade semipresencial em um curso de mestrado interinstitucional em administração, há a necessidade de levantar, junto às instituições, os principais elementos, presentes ou ausentes, da gestão pedagógica, administrativa e tecnológica para a implantação da modalidade a distância. Para obter essas informações serão utilizadas como fonte de



evidências: documentação, entrevistas e artefatos físicos.

Para realizar esta pesquisa serão utilizadas as seguintes etapas para coleta de dados: Pesquisa Bibliográfica; Levantamento de dados e Entrevista semi-estruturada.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização das TICs, nos diversos níveis de ensino, vem sendo incentivada pelo poder público em razão da necessidade de ampliar o acesso à educação e de reduzir as assimetrias existentes entre as regiões e entre os estados pertencentes a uma mesma região, como é o caso, por exemplo, da região sudeste que detém o maior percentual de cursos de pós-graduação do país, mas que está, em grande parte, concentrado no estado de São Paulo.

Um dos mecanismos para reduzir essa assimetria seria o desenvolvimento de Programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais, visando com isso possibilitar que sejam criados e/ou desenvolvidos centros de pesquisa longe das grandes capitais brasileiras.

Investir em programas como esses pode ser oneroso para as IES envolvidas, o que inviabilizaria ações nesse sentido, porém, com a introdução das TICs, os custos, por exemplo, de deslocamento, estadia e traslado seriam reduzidos, uma vez que não seria necessário que alunos ou professores se deslocassem durante todo o tempo de desenvolvimento de uma disciplina ou para fazer uma orientação sobre o andamento do projeto de dissertação ou tese.

O desenvolvimento de um programa de mestrado ou doutorado na modalidade semipresencial não significa perda de qualidade, pelo contrário, mas denota a preocupação de levar educação de qualidade a locais ou a pessoas que, por razões de dificuldades de locomoção até uma IES ou a ausência de programas em suas cidades de origem, possam fazer um curso com qualidade reconhecida pelos pares, através das avaliações da CAPES, e, principalmente, evitar a migração para os grandes centros para ter acesso a cursos de mestrado ou doutorado.

#### 5. REFERÊNCIAS

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. *Censo EAD.br*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. . *Monografia no curso de Administração: guia completo de conteúdo e forma*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

BRASIL. Resolução CNE/CES Nº 1, de 3 de abril de 2001. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf)

BRASIL. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília, 2004. Disponível em: [http://www.anped.org.br/forpred\\_doc/PNPG\\_2005\\_2010.pdf](http://www.anped.org.br/forpred_doc/PNPG_2005_2010.pdf).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior*. Brasília, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº. 5.622, de 20 de dezembro de 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº. 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Regulamento da*

- avaliação de projetos de Mestrado Interinstitucional – Minter*. Brasília, 2004. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/DinterMinter\\_Regulamento\\_Minter.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/DinterMinter_Regulamento_Minter.pdf)
- \_\_\_\_\_. *Cursos Recomendados e Reconhecidos por Região*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiao>
- \_\_\_\_\_. *Edital Pró-Administração Nº 09/2008*. Brasília, 2008.
- CASTELLS, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- GRINSPUN, M. P. S. Z. (org.). *Educação Tecnológica: desafios e perspectivas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- LOBO NETO, F. J. da Silveira. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos. In: SILVA, M. *Educação on-line: teorias, práticas, legislação e formação corporativa*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006
- OIT/CINTERFOR. *As tecnologias da informação e a comunicação e a formação profissional*. Montevideo: OIT/CINTERFOR, 2008.
- REIS, A. M. V. *Ensino a distância: megatendência atual*. São Paulo: Editora Imobiliária, 1996.
- SEED - Secretaria de Educação a Distância. *PROINFO: Informática e formação de professores*. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- SERNA, M. D. S. G.; PENAGOS, I. C. M. *Visibilidad de la práctica pedagógica en los programas de: psicología social comunitaria y licenciatura en etnoeducación de la Universidad Nacional Abierta y a Distancia “UNAD”, en los años 2005 y 2006*. Bogotá: UNAD, 2009.
- THAM, C. M.; WERNER, J. M. Designing and Evaluating E-Learning in Higher Education: A Review and Recommendations. In *Journal of Leadership & Organizational Studies*, Vol. 11, No. 2, 15-25, 2005.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.